



**EPCA**

estudos projectos e consultoria ambiental, lda.



# **PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO DEMOLIÇÃO**

---

Projeto para a Ponte e Acessos à Praia de Faro e Parque de Estacionamento Exterior

# 1. INTRODUÇÃO

O presente documento, constitui o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e de Demolição (PPGRCD) da Obra de demolição da ponte existente de acesso à Praia de Faro.

A área de intervenção localiza-se na Freguesia de Montenegro concelho de Faro, mais concretamente entre o aeroporto de Faro e a Ilha de Faro, integrada no Parque Natural da Ria Formosa.

Este documento foi elaborado com base no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de Março, que estabelece o regime jurídico específico a que fica sujeita a gestão de resíduos de construção e demolição (RCD), compreendendo a sua prevenção e reutilização, e as operações de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação.

Neste âmbito é previsto que nas empreitadas e concessões de obras publicas, o projeto de execução seja acompanhada de um Plano de Prevenção e Gestão de RCD (PPG), o qual assegura o cumprimento dos princípios gerais de gestão de RCD e das demais normas respectivamente aplicáveis constantes do presente decreto-lei e do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho.

O presente documento tem como principal objetivo, dar cumprimento ao previsto no Artigo 10.º do referido Diploma e foi elaborado com base no modelo tipo disponibilizado pela Agência Portuguesa do Ambiente no seu sitio da Internet.

Incumbe ao empreiteiro ou ao concessionário executar o PPG, assegurando, designadamente:

- A promoção da reutilização de materiais e a incorporação de reciclados de RCD na obra;
- A existência na obra de um sistema de acondicionamento adequado que permita a gestão seletiva dos RCD;
- A aplicação em obra de uma metodologia de triagem de RCD ou, nos casos em que tal não seja possível, o seu encaminhamento para operador de gestão licenciado;
- Que os RCD são mantidos em obra o mínimo tempo possível, sendo que, no caso de resíduos perigosos, esse período não pode ser superior a 3 meses.

O PPG foi elaborado em fase de Projeto de Execução, tendo as quantidades de resíduos sido aferidas com base no mapa de quantidades. No entanto, o PPG pode e terá que ser revisto pelo dono da obra em fase de execução, sob proposta do produtor de RCD, ou, no caso de

empreitadas de concepção-construção, pelo adjudicatário com a autorização do dono da obra, desde que a alteração seja devidamente fundamentada.

O PPG deve estar disponível no local da obra, para efeitos de fiscalização pelas entidades competentes, e ser do conhecimento de todos os intervenientes na execução da obra.

## 2. PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (PPG)

### I. Dados gerais da entidade responsável pela obra

- 1. Denominação Social:** Polis Litoral Ria Formosa, SA
- 2. Morada:** Chalet João Lúcio, Pinheiros de Marim, 8700-225, Olhão
- 3. Telefone:** 289 700 640      **Fax:**      **Email:** geral@polislitoralriaformosa.pt
- 4. Número Identificação Pessoa Colectiva (NIPC):**
- 5. CAE Principal Rev3:**

### II. Dados gerais da obra

- 1. Tipo de obra:** Demolição de uma ponte
- 2. Código do CPV:** -
- 3. N.º de processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA):**
- 4. Identificação do local de implantação:** entre o aeroporto de Faro e a Ilha de Faro, concelho de Faro, Parque Natural da Ria Formosa

### III. Resíduos de Construção e Demolição (RCD)

#### 1. Caraterização da Obra

##### a) Caraterização sumária da obra a efetuar:

A presente intervenção corresponde à demolição da antiga ponte sobre a Ria Formosa, entre o aeroporto de Faro e a Ilha de Faro, com vista à construção de uma nova ponte.

##### b) Descrição sucinta dos métodos construtivos a utilizar tendo em vista os princípios referidos no artº 2º do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de Março

No âmbito da construção da nova ponte estão previstas a realização das seguintes intervenções:

- Montagem e desmontagem do estaleiro, incluindo o arranjo paisagístico da área ocupada após desmontagem;
- Remoção dos guarda-corpos;
- Remoção dos passeios;
- Corte e remoção de lajes e vigas longitudinais por troços;
- Corte e remoção das vigas de travamento e estacas-pilar;
- Demolição dos encontros por método destrutivo com recurso a tesoura de corte e esmagamento do betão.

#### 2. Incorporação de reciclados

##### a) Metodologia para a incorporação de reciclados de RCD:

Trata-se de uma demolição, desta forma não é possível a incorporação de reciclados de RCD.

**b) Reciclados de RCD integrados na obra:**

Identificação dos reciclados	Quantidade integrada na obra (t ou m <sup>3</sup> )	Quantidade integrada relativamente ao total de materiais usados (%)
-	-	-
-	-	-
<b>Valor total</b>	-	-

**3. Prevenção de resíduos**

**a) Metodologia de prevenção de RCD:**

Com o objectivo de minimizar a produção de resíduos na obra, deverão ser implantadas práticas de demolição que promovam a correta triagem de resíduos em obra, minimizando a produção de resíduos a enviar para eliminação.

Na fase de execução da obra, caberá à Entidade Executante/Adjudicatário definir e implantar essas mesmas metodologias de trabalho.

**b) Materiais a reutilizar em obra<sup>1</sup>:**

Identificação dos materiais	Quantidade a reutilizar (m <sup>3</sup> )	Quantidade a reutilizar relativamente ao total de materiais usados (%)
-	-	-

<sup>1</sup> De acordo com a alínea c) do ponto 2, do art.6º do Decreto-Lei n.º 49/2008, de 12 de Março identificam-se os materiais a reutilizar na própria obra ou noutros destinos.

**4. Acondicionamento e triagem**

**a) Acondicionamento e triagem de RCD na obra ou em local afeto à mesma:**

Na fase de execução da obra, deverá ser garantido pela Entidade Executante/Adjudicatário, que os resíduos que venham a ser produzidos são devidamente acondicionados em obra, tendo em conta a sua tipologia e perigosidade.

Se as condições da obra assim o permitem, a Entidade Executante/Adjudicatário deverá privilegiar e implementar, na mesma, um sistema de triagem de resíduos, tendo em vista a sua posterior valorização através do seu encaminhamento para os Operadores de Gestão de Resíduos Não Urbanos licenciados.

No caso de não ser possível efetuar a triagem dos resíduos na obra ou em local afeto à mesma, deverá a Entidade Executante/Adjudicatário proceder ao seu encaminhamento, para um Operador Gestão de Resíduos Não Urbanos licenciado para esse efeito.

**b) Caso a triagem não esteja prevista, apresentação da fundamentação para a sua impossibilidade:**

-

5. Produção de RCD				
Código LER (a)	Quantidade Produzida	Quantidade para Reciclagem (%)	Quantidade para Valorização (%)	Operação De valorizaçã
17 04 05 – Ferro e Aço	41,35 ton	100	-	R4
17 03 02 – Misturas betuminosas não abrangidas em 17 03 01	33,8 m <sup>3</sup>	-	-	-
17 01 01 – Betão	292,98 m <sup>3</sup>	80	-	R5

(a) – Portaria n.º 209/2004, de 3 Março